UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

Sumário preparado a pedido da Direcção Nacional de Habitação para ser utilizado na preparação prévia do Seminário sobre Aldeias Comunais de 1979 - 1980

Conteúdo: Nos.

I.	Conteúdo deste documento	1
II.	Introdução dos Dodumentos Considerados/Código	2-4
III.	Desenvolvimento da Política Agrícola em Moçambique	5-10
IV.	Formas de Produção	11
V.	Aldeias Comunais	12-15
VI.	Cooperativas	16-20
VII.	Machambas Estatais	21-22
VIII.	Agricultura Familiar	23-26
IX.	Questões de ordem geral	27-30
X.	Alguns Problemas Finais	31

I CONTEÚDO DESTE DOCUMENTO E SUAS PREOCUPAÇÕES FUNDAMENTAIS

O objectivo deste Relatório é de tornar acessível às estruturas envolvidas no planeamento do trabalho sobre Aldeias Comunais, especialmente no próximo seminário sobre Aldeias Comunais, o conteúdo duma série de relatórios de averiguações de pesquiza levadas a cabo em Moçambique desde a Independência. Todos estes relatórios foram preparados para as estruturas Moçambicanas a vários níveis e em vários sectores. Dado que são relatórios extensos e variados no seu conteúdo, propomo-nos neste documento fazer um resumo e sintetizá-los de modo a que o seu conteúdo possa mais facilmente ser condiderado e assimilado dentro das estruturas.

Organizamos o material a partir dos relatórios dentro dum esquema que esperamos apresentará os problemas complexos da transformação rural do modo mais claro e eficaz. O objectivo deste Relatório é sublinhar não os assuntos sobre os quais a política é clara e inequívoca, mas precisamente aqueles problemas e práticas que servem para impedir ou atrazar a implementação da política de transformação rural.

II INTRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSIDERADOS

Damos abaixo uma lista dos 12 relatórios analisados e um breve sumário dos seus objectivos individuais. Extraimos apenas a informação respeitante às questões que afectam mais directamente a política nas várias formas de produção rural.
Assim, no caso do Relatório do Transporte, apresentamos as conclusões da investigação, não sobre os assuntos detalhados do Transporte, mas sim sobre os problemas de produção rural. Do mesmo modo no caso do relatório sobre Crédito Rural não nos debruçamos sobre as conclusões detalhadas e recomendações sobre crédito rural, que as estruturas do Banco estão presentemente a estudar, mas apenas sobre assuntos de ordem mais geral.

Código	
CEA/MIN	Centro de Estudos Africanos, UEM. O Mineiro Moçambicano: Setembro de 1977 Um estudo sobre a economia camponesa da Província de Inhambane com o fim de analisar as tendencias da migração laboral e suas implicações na politica tendente a terminar esta migração e iniciar a reconstrução da economia rural.
CEA/CAMP	Centro de Estudos Africanos, UEM. Camponeses e economia rural em Moçambique, Marc Wuyts. 1978 Analisa a estrutura social da produção na agricultura em Moçambique e, mais especificamente, a estrutura da economia camponesa no fim do periodo colonial.
COOP/LIM	Relatório sobre as cooperativas do Limpopo, Enzo Ritter, 26.4.78 Relatório sobre as cooperativas e aldeias comunais do distrito do Limpopo - Província de Gaza, sublinhando o processo de formação, os problemas meneres e algumas soluções possíveis para as cooperativas neste distrito.
NUT	A situação Nutricional nas Aldeias Comunais na Província de Nampula, Modesto Benjamin, com a colaboração de Gil Mausse (INIA) Abril-Junho 1978.

Trabalho feito pelo Instituto de Investigação Agronómica em conjunto com a FAO, sublinhando alguns pontos sobre o papel da nutrição na situação de Moçambique e especificamente no contexto da formação das Aldeias Comunais.

TRANS — Mozambique National Transport Survey
Communal villages and cooperatives in selected provinces, organisation of Production and Transport.
VIAK AB 1978
Só versão inglesa.

Uma investigação sobre a situação dos transportes nas Aldeias Comunais e cooperativas da Província de Gaza, Nampula e Cabo Delgado com o objectivo de relacionar o transporte com o aumento de produção.

AC/SEM — Seminário Provincial sobre Aldeias Comunais de Cabo Delgado, Agosto de 1978

LAZ II — Observações e sugestões sobre o papel e funções das Aldeias Comunais no desenvolvimento Económico de Moçambique
CNAC - Relatório interno - Out-Nov 1978

Este documento preparado pela missão da FAO em conjunto com a CNAC é principalmente um esboço geral sobre as durações da planificação em relação com as Aldeias Comunais.
Refere-se também a alguns problemas específicos na formação das Aldeias Comunais e possibilidades de os resolver.

LAZ I — Um relatório de orientação sobre o desenvolvimento das Aldeias Comunais
CNAC - Documento de trabalho interno 16 Maio 78

Relatório feito pela CNAC em colaboração com uma missão da FAO e constituindo a base para o documento acima mencionado (LAZ II)
Este relatório versa sobre a especificação dum programa de planificação e actuação a curto, médio e longo prazo.

CRED/AGRAR — Relatório sobre a situação actual do desenvolvimento agrícola e propostas de alteração à política de crédito Setembro 1978

Este relatório resultou do trabalho feito por uma comissão criada no BPD em conjunto com o Ministério da Agricultura, debruçando-se particularmente sobre os problemas actuais do fornecimento de crédito ao sector das cooperativas agrícolas.

Para fazer esta síntese utilizamos somente a parte geral deste relatório e não as recomendações específicas feitas no sentido da formulação duma nova política de crédito agrário.

CRED-AGRAR (anexo) Relatório do sub-grupo 3 - Aldeias Comunais, Empresas Estatais e Cooperativas

O relatório dum dos sub-grupos formados pela comissão acima mencionada (CRED- AGRAR) investigando em particular as relações existentes e planeadas entre as Aldeias Comunais e as formas de produção colectiva no país.

DINA/NAMP

Relatório de Estudo na Província de Nampula Dez 1976 - DINOPROC - Ministério da Agricultura

Trabalho feito pela secção da DINOPROC, estudando a actuação das estruturas do Estado na situação das Aldeias Comunais e cooperativas na Província de Nampula, tanto na produção colectiva como na familiar.

CEA/MOAMBA

Centro de Estudos Africanos, UEM. O Desemprego e a sua ligação com o campo.

Um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas seleccionadas no distrito de Moamba.

Janeiro 1979

CEA/MEC

Centro de Estudos Africanos, UEM. Sobre a questão da mecanização da Agricultura Moçambicana hoje em dia: Alguns comentários teóricos. Janeiro 1979

Este relatório discute a escolha de técnicas - mecanização - não como uma pequena questão técnica mas como uma opção política, que afecta a estrutura social da economia rural. Argumenta-se que não existe qualquer modelo de escolha de técnicas, mas que a escolha envolve uma investigação concreta da estrutura da economia rural, e, em Moçambique, isso envolve um estudo da crise da economia colonial-capitalista, que inclui a qu[illegible]re da comercialização e a r[illegible]dução do trabalho assalariado para os chefes de família camponesa.

III O DESENVOLVIMENTO DA POLITICA AGRICOLA EM MOÇAMBIQUE

Muitos dos relatórios acima mencionados dizem respeito a questões detalhadas e específicas dentro da produção rural. Estas têm de ser revistas em termos das linhas gerais da política agrária tal como foram articuladas pelos sucessivos Congressos e Sessões do Comité do Partido FRELIMO e nos conselhos anuais do Ministério da Agricultura.

Resumimos abaixo por ordem cronológica os principais passos no desenvolvimento da política agrária.

O documento da VIII Sessão do Comité Central é o mais completo na sua descrição do conceito de Aldeia Comunal, dos seus objectivos e funções.

A Agricultura como base

A Aldeia Comunal constitui a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo.
A experiência da FRELIMO define como 'estratégia correcta' a agricultura como base, a indústria como factor dinamizador.
Foi definido que 'a produção será a actividade produtiva principal' da Aldeia Comunal. Esta produção 'terá de ser uma produção colectiva', 'orientada em moldes cooperativos'.

Benefícios

Cita as desvantagens de viver disperso. Isso impede a coordenação, a unidade e a troca de experiências. O alinhamento de casas em bairros facilita o futuro aprovisionamento de água, rede de electricidade, etc;

Mobilização

Salienta que a criação de Aldeias Comunais deve ser sempre através da participação activa das massas - sendo isto 'imprescindível', 'de modo a que eles, compreendendo os objectivos e interessando-se directamente, se organizem e assumam essa tarefa contando com as suas próprias forças.

Organização da produção

A produção terá que ser produção colectiva. Enquanto produção familiar a dimensão é fixada pela Aldeia Comunal, não podendo exceder 1/2 ha de regadio ou 1 ha de sequeiro. A produção colectiva visará melhorar a dieta alimentar além de produzir excedentes para comercialização. Visará também o uso máximo do factor humano - só depois de este estar esgotado se passará para a utilização complementar do factor mecânico.

Distribuição de resultados

20% para o fundo (1) meios de produção, (2) reservas; (3) actividades e o resto a distribuir entre os membros.

I Seminário Nacional de Cooperativas
Quelimane - Outubro 1976
Documento Final

Acerca do papel do Estado

O I Seminário de Cooperativas, considerou como aspectos fundamentais:
Ades voluntária baseada numa sólida compreensão dos cooperantes na formação de cooperativas.
Apoio nas próprias forças e libertação da iniciativa criadora.
O Estado deve Planificar, Coordenar, Supervis e Apoiar, nomeadamente em (1) infraestruturas, (2) factores de produção, e (3) formação de quadros.
Considera necessário a criação de um orgão nacional, centralizado e dinamizador.

III Congresso
Fevereiro 1977
Directivas Económicas e Sociais

'A construção da base material para a passagem ao socialismo é um processo longo e difícil que requer a planificação do desenvolvimento das forças produtivas, numa perspectiva popular'.

Dentro das tarefas principais é a planificação da agricultura 'o que exige a mobilização e organização do Povo em Machambas Estatais e cooperativas e a constituição de Aldeias Comunais'.

Está previsto que o Sector Estatal se desenvolverá até ser 'dominante e determinante'.

Prevê-se a concentração dos recursos técnicos nas unidades de produção estatal, de modo (1) a 'alcançar-se um rápido desenvolvimento das forças produtivas; (2) constituindo-se em base para a formação política, científica e técnica de operários agrícolas e dos camponeses das cooperativas'.

Ficou decidido que era necessária uma especial atenção para 'o apoio dinamizador e desenvolvimento da produção colectiva sob a forma de Cooperativas, tornando-as dominantes no campo

II Conselho Agrário Ministério da Agr. Maio 1977 Documento sobre Cooperativas	Uma tentativa para descrever as várias situações que se encontram no seio dos camponeses. (1) embriões do proletariado rural (2) pequenos e médios proprietários (3) situações 'pré-feudais Reconhece-se o facto destas situações requererem 'estratégias diferentes' para serem enquadradas no processo de colectivização: propõe-se que a discussão das várias estratégias seja a tarefa fundamental deste II Conselho Agrário. Propõe a criação de 'Repartições Provinciais de Produção Colectiva' - Serviço de Cooperativas, sendo a sua função principal 'a organização do controle da globalidade das cooperativas'. 'O controle real das cooperativas pelos DPAs visto que só funcionará quando a planificação estiver controlada. Afirma que o Estado só conhecerá a verdadeira 'viabilidade' do desenvolvimento duma cooperativa se a organização do trabalho for feita por estruturas do Estado. Afirma que 'uma correcta organização do trabalho necessita de normas de trabalho. 'A elaboração dessas normas, embora devam ser sujeitas à aprovação dos camponeses e inclusive à sua comparticipação, a iniciativa do seu aparecimento não pode partir deles, porque não estão preparados para isso. 'Em Moçambique há que levar as populações a produzir excedentes a que não estavam habituados'.	Consideram-se aqui a complexidade e exigência das diferentes estratégias. Contudo não existe qualquer sumário das discussões que eventualmente tiveram lugar. A problemática de ajuda e direcção do Estado bem como o controle estatal do planeamento justapõe-se aqui com a necessidade de libertar a 'iniciativa criadora das masas e assegurar uma participação activa' Uma sub- stimação do processo que teve lugar (especialmente no Norte) de penetração capitana agricultura camponesa e da qual resultou o camponês como um produtor importante de excedentes comercializáveis.
III Conselho Agrário Junho 1978 Documento apresentado ao Conselho sobre Cooperativas	Avaliação da dificuldade das Estruturas do Estado em 'apoiar eficazmente' 'todos os cooperativistas existentes'. Sugere-se que se consolide a ajuda a 160 cooperativas (que são descritas como tendo sido fundadas na sua maioria em propriedades abandonadas). Propõe-se um sistema de graduação.	O sistema de graduação sugerido baseia-se no tamanho e na orgcn. As relações sociais não são um factor considerado. 'Cooperativismo' não é discutido. Aponta-se a incapacidade do Estado para ajudar mais eficazmente muitas cooperativas. Não se põe em questão a espécia de ajuda.

Relativamente às massas que estão a ficar de fora deste processo de formação de coöperativas:

Não queremos formar cooperativas de um dia para o outro. É um processo lento que deve desenvolver-se por fases e de forma segura, envolvendo todo o povo Moçambicano do Rovuma ao Maputo.

Isto constitui um reconhecimento do processo mas não se dá qualquer perspectiva de quais as fases possíveis que esse processo poderia compreender.

Docº preparado durante o Conselho pelo Grupo de Estudo

Deve reorganizar a produção familiar para criar as condições subjectivas e objectivas que permitirão ao campesinato engajar-se progressivamente na produção colectiva.

Propõe como um meio possível a machamba familiar reorganizada em blocos: como base de preparação para atingir estas condições subjectivas e objectivas.

III Congresso
IV Sessão do
Comité Central
Agosto 1978

Sublinha de novo quais os objectivos a serem alcançados através do Desenvolvimento Agrícola

- acabar com a fome e a nudez
- produzir matérias para exportação
- fornecer matérias primas para a indústria nacional

Deve ser dada especial atenção às Machambas Estatais e às cooperativas. A ajuda às Machambas Estatais deveria compreender: dinheiro, 'inputs' materiais e 'inputs' humanas. Ajuda às cooperativas: incentivas nos preços, prioridade de abastecimentos.

Afirma que a importância económica da agricultura familiar deve ser reconhecida, que os seus produtos devem ser comercializados, que os bens de consumo devem ser fornecidos para estimu-

lar a produção. Propõe a necessidade de as facilidades de armazenamento e transporte das Machambas Estatais serem utilizadas para resolver localmente os problemas das populações.

Afirma a necessidade de dirigir a agricultura familiar, de definir objectivos e estimular a sua reorganização em 'moldes colectivos'.

Ao fazer a avaliação do progresso das Aldeias Comunais como fora afirmado na VIII Sessão, admite que as Estruturas Estatais do Partido não estão ainda considerando as Aldeias como 'o processo fundamental' mas tratando-as marginalmente.

Comunicado Final

O Comité Central sublinhou a necessidade de se dinamizar a aplicação do princípio de contar com as próprias forças, desenvolvendo a iniciativa criadora das massas na procura de soluções populares para a resolução dos problemas.

IV = FORMAS DE PRODUÇÃO

Delineâmos acima as linhas principais da política agrícola especialmente no que se relaciona com as Cooperativas e as Aldeias Comunais, tal como elª foi articulada pelos sucessivos Congressos, Reuniões do Comité Central do Partido FRELIMO bem como nos Conselhos anuais do Ministério da Agricultura.

Um dos pontos fulcrais dessa política é a formação de Aldeias Comunais constituindo a estrutura geral dentro da qual se deverá processar a revolução para uma agricultura comunal/ colectiva.

Embora a Aldeia seja a estrutura dentro da qual a agricultura familiar será transformada numa produção comunal/colectiva, a aldeia não é em si mesma uma forma de produção mas abarca várias formas de produção. Discutimos por isso em primeiro lugar o problema das Aldeias Comunais. As Aldeias Comunais têm por isso de relacionar-se com três diferentes espécies de bases produtivas: Machambas Estatais, cooperativas que são concebidas como a base eventual de produção e a agricultura familiar que é presentemente a base de produção da esmagadora maioria tanto das colheitas de subsistência como das comerciais em Moçambique.

Para que os objectivos acima mencionados sejam alcançados é preciso que exista uma relação complementar entre as diferentes formas de produção. Esperamos que o material que se segue demonstrará:

(1) alguns dos problemas existentes dentro das várias formas de produção

(2) problemas nas relações complementares das diferentes formas de produção e a necessidade de encontrar modos para reconciliar estes o que evitará conflitos entre eles e com os objectivos gerais da política agrária.

V - ALDEIAS COMUNAIS

AC/SEM - 5-10
LAZ I 12

As Aldeias Comunais deverão ser a base da transformação rural em Moçambique, as unidades políticas e económicas através das quais a vida colectiva será desenvolvida. A organização fragmentada da vida rural associada a uma baixa produtividade tanto da terra como dos trabalhadores, está a tomar nova forma nas aldeias centralizadas que permitem o desenvolvimento dos métodos colectivos de produção, um nível superior de mobilização política e a facultação de facilidades educativas e de saúde comum.

As Aldeias Comunais não são unidades de produção

A Aldeia Comunal neste momento não constitui por si só uma unidade de produção mas uma comunidade política e social com várias espécies de bases de produção.
Os diferentes tipos de aldeias reflectem a história da sua formação:

LAZ I 12-16
CRED/AGRAR
(Anexo)

1. As aldeias comunais nas zonas libertadas, constituídas como base política e económica para a luta de libertação;
2. As aldeias de regressados, formadas geralmente tendo em atenção a localização mas nem sempre com terra adequada;
3. Os antigos aldeamentos que foram reconstruidos numa base cooperativa;
4. Aldeias constituídas apressadamente como resposta a catástrofes, depois de inundações no Limpopo e na Zambézia,
5. Novas aldeias formadas através da mobilização do campesinato desde a independência, particularmente em Cabo Delgado e Nampula.

LAZ I 17-18
LAZ II 23-40
TRANS 7-8
CEA/MIN 146

Tem havido uma série de problemas comuns às aldeias comunais mas sobretudo àquelas que foram apressadamente constituídas, problemas esses que se relacionam com a localização, tamanho e construção do novo aldeamento.

A função das Aldeias Comunais

A Aldeia Comunal é essencial no processo de socialização do campo. Não é uma forma de produção em si mesma. Desta forma, o carácter das Aldeias Comunais e as suas características e funções combinadas deveriam ser mais claramente explicadas, dando-se ênfase à sua capacidade para encorajar e dar apoio ao aparecimento e expansão de novas formas colectivas de produção

Localização e tamanho das Aldeias

LAZ II, 31

LAZ I, 34

Problemas de localização têm sido exacerbados, pelo tamanho dos mesmos, em certas áreas, particularmente na região do Limpopo. Aldeamentos de 1000 famílias ou mais não permitem uma adequada disponibilidade de terra dentro dum raio de 5kms da aldeia e também tendem a ser demasiado grandes para desenvolver estruturas realmente representativas.
Em muitas áreas a escolha dos locais foi feita sem que se desse atenção suficiente à disponibilidade de terra para o desenvolvimento de aldeias. Consequentemente tem havido problemas de cultivo excessivo e de desgaste por excesso de animais a pastar. A falta de terra perto das aldeias também significa perda de tempo para percorrer a pé a distância até aos campos mais longínquos.
Do mesmo modo não se prestou atenção suficiente à disponibilidade e reservas de madeira. E de novo surge uma falta de água limpa e há demasiado tempo perdido (particularmente pelas mulheres) no transporte de água e madeira.

TRANS 7-8

A localização das aldeias afastadas dum fácil acesso ao transporte tem criado dificuldades na comercialização dos excedentes dos camponeses e na facultação das facilidades básicas de subsistência.

A localização e tamanho das Aldeias Comunais são críticas para a futura viabilidade económica destes aldeamentos. Decisões precipitadas terão consequências sérias na produção e mobilização.

As ligações entre a Produção e a Mobilização

LAZ I, 16

COOP/LIM 18

Dum modo geral a organização das Aldeias Comunais foi concebida em termos de objectivos sociais e políticos sem uma estratégia para desenvolver a sua base produtiva. A mobilização política e a transformação da produção não foram tratadas como um processo único. Assim, o desenvolvimento das aldeias não foi consistentemente ligado aos planos do Ministério da Agricultura para o desenvolvimento de Machambas Estatais e Cooperativas. E também a importância do sector familiar como sendo a actual base produtiva da maioria das aldeias não foi reconhecida até à VIII Sessão do CC. Embora a residência tenha sido centralizada, as condições de produção - localização dos campos, abastecimento de água, etc. - permanecem em muitas áreas mais adequados um modo disperso de aldeamento. O resultado de tudo isto é:

O desfazamento organizacional entre a produção e a mobilização política nas Aldeias Comunais precisa de ser estudado.
Em particular: o tempo dedicado à produção agrícola é pouco, por vezes por causa de horários que entram em conflito com actividades culturais, educacionais e políticas.

LAZ II 94-5

Fraco Desenvolvimento da Produção Colectiva

O desenvolvimento de formas colectivas de produção, quer se trate de cooperativas ou de campos colectivos dentro do sector familiar, tem sido muito fraco (está talvez a declinar) Além disso estas formas são instáveis: os campos colectivos não são necessariamente cultivados no ano seguinte. Na prática, o número de tais campos parece estar a declinar.

O número de camponeses nas aldeias que pertencem a cooperativas é muito baixo e a constituição de novas cooperativas tem sido lenta a menos que haja uma base material definida tal como uma propriedade abandonada por um colono, ou a a menos que exista um incentivo como por exemplo um tractor.

(ver Cooperativas)

Algumas aldeias recebem tractores e crédito agrícola mas não têm conseguido fazer um registo do seu uso produção.

TRANS 55

As machambas individuais são por vezes florescentes comparadas com os campos comunais. Os camponeses alimentam-se dos produtos de suas machambas individuais e têm tendência para considerar os outros campos como fonte de proventos extra ou como obrigação política.

(ver Agricultura camponesa)

Todas as aldeias deviam receber orientações no sentido de dar uma atenção urgente aos incentivos para o desenvolvimento da produção colectiva.

Divisão de trabalho

NUT/CRED/AGRAR

Em algumas regiões, dentro das Aldeias Comunais os homens tem tendência para fazer o trabalho comunal nas aldeias especialmente se há produção de culturas para venda, enquanto as mulheres cultivam somente as machambas individuais da família. Nas regiões do Sul há mais mulheres do que homens organizadas em cooperativas ou outras actividades colectivas.

A divisão sexual do trabalho, que difere segundo o acesso que os homens têm ao trabalho assalariado e às actividades ligadas à produção de culturas para venda, tem de ser estudada porque o resultado é uma integração diferenciada dos sexos no processo de transformação.

CEA/MIN 146

Não tem sido organizada dentro das aldeias a produção artesanal necessária à manutenção de instrumentos de produção. O resultado é uma queda nas forças de produção.

É necessário capitalizar a disponibilidade de habilitações artesanais e dentro das Aldeias Comunais para manter uma maior divisão de trabalho e elevar as forças de produção.

VI - COOPERATIVAS

A cooperativa reveste-se de muitas formas:

- machambas colectivas
- cooperativas qu organizam a comercialização
- pré-cooperativas que cultivam culturas comunalmente
- cooperativas engajadas em produção não agrícola
- cooperativas com uma forma relativamente simples e um sistema primário de contabilidade
- cooperativas com uma contabilidade razoavelmente desenvolvida e um registo cuidadoso das 'inputs' laborais
- cooperativas que empregam trabalho não cooperativo numa base salarial
- cooperativas que pagam aos seus membros 'avanços' e se assemelhan mais a pequenas propriedades capitalistas do que a cooperativas

CEA/MOAM (5-8 e 29-31)
LAZ II 97
TRANS
CRED/AGR

Deveria ser elaborado um manual político simples sobre os princípios da cooperação e a história do desenvolvimento de algumas formas de cooperativas em Moçambique bem como um sistema contabilístico simples.

Os Sócios

Apenas uma pequena parte da população das Aldeias Comunais pertence a cooperativas.
Os membros duma cooperativa podem ser provenientes de mais de uma aldeia e uma só aldeia pode ter pessoas a trabalhar em diferentes cooperativas.

COOP/LIM 16-18

As cooperativas tendem a ser organizacionalmente independentes das estruturas políticas da aldeia comunal.
(ver acumulação social)

Há diferenças regionais na composição das cooperativas. Em geral os membros da cooperativa são mais velhos do que a idade média da população. Em algumas os sócios parecem provir de entre pequenos lavradores capitalistas; noutras as mulheres e alguns homens mais velhos tornaram-se sócios das cooperativas enquanto os homens mais novos o não fizeram.

CEA/MOAM 50-51
CRED/AGRAR 8

A composição do grupo de sócios das cooperativas até este momento indica que elas não representam um movimento de camponeses pobres que se reúnem para trabalhar colectivamente. As diferenças no sexo, idade e camada social dentro do campesinato deveriam ser analisadas em relação à composição do grupo de sócios.

Ritmo de Formação e expansão

CEA/MOAM 8,29

Verifica-se um declínio no ritmo de formação de cooperativas e na extensão da actividade cooperativa. Moamba houve um declínio de 20% entre os sócios das cooperativas entre 1977 e 1978 e menos de metade das áreas projectadas foram na realidade cultivadas.

AC/SEM 13

Em Tete, áreas outrora cultivadas cooperativamente foram posteriormente abandonadas após disputas com as entidades estatais àcerca das condições de aluguer do tractor.

O bloqueamento do movimento cooperativo tende a retardar igualmente a formação de Aldeias Comunais, dado que a constituição duma cooperativa é uma das vantagens de viver numa aldeia.
(ver Aldeias Comunais)

Problemas de produtividade

Até este momento os custos da produção relativamente aos resultados totais nas cooperativas têm sido muito elevados: A contabilidade de algumas cooperativas sugere que elas não são economicamente viáveis. Este problema tem uma série de determinantes:

Mecanização

TRANS 56,73

As cooperativas constituídas para ocupar propriedades abandonadas de ex-colonos usam técnicas de produção relativamente sofisticadas com um nível elevado de mecanização e 'input' importado. Muitas novas cooperativas foram formadas utilizando um tractor como incentivo para a adesão dos membros.

Presentemente os tractores estão a ser sub-utilizados com elevados custos de manutenção. A utilização dos tractores podia ser estendida a mais operações incluindo o transporte. Os custos de técnicas mecanizadas são acrescidos pela falta de conhecimentos técnicos necessários à manutenção, entre os cooperativistas e por falta do 'inputs' necessário.

Escolha de culturas diversificadas

TRANS 18
CEA/MOAM 37-44

Algumas cooperativas mostraram a tendência para reproduzir a estrutura da agricultura dos colonos, produzindo culturas destinadas aos mercados alimentares urbanos (ex. legumes e batatas). Estes têm um elevado potencial de lucro mas requerem um transporte muito eficiente para evitar perdas

Muitas cooperativas cultivam milho e arroz evitando assim o apodrecimento dos produtos, mas produções e margens de lucro baixas fazem com que seja difí-

com a deterioração desses produtos.

cil cobrir os elevados custos da produção. Uma maior utilização do cultivo duplo diminuiria a sub-utilização dos tractores.
(ver Mecanização em Secção Geral)

Transporte

TRANS 67

Devido a deficientes possibilidades de transporte, as cooperativas têm perdas por causa da deterioração dos produtos comercializados e de atrazos na chegada dos 'inputs' e peças necessários. Em Nampula o sucesso económico estava ligado a necessidades de transporte, sendo aqueles que menos necessidade tinham os que obtinham mais êxito.

Embora seja possível uma utilização mais eficaz dos transportes existentes, a infraestrutura em muitas áreas é demasiado fraca para permitir o o uso extensivo de material importado e uma dependência numa rápida comercialização. O problema do transporte está ligado à localização das aldeias.
(ver Aldeias Comunais: Localização)

Acumulação Social

Práticas sociais que se assemelham à produção capitalista surgiram dentro das próprias cooperativas:

Formas de trabalho assalariado:

CRED/AGRAR
COOP/LIM
2-3, 11-12

Avanços: No Limpopo o sistema dos avanços transformou-se num sistema de salários com uma variação nos avanços ligada à classificação de tarefas e o grau presumível de responsabilidade.

Faltas de mão de obra e a continuação de velhas formas de relações de crédito levaram ao reaparecimento de relações de trabalho assalariado dentro da cooperativa.

Problemas de recrutamento: Numa cooperativa do Chokwe, uma falta de mão de obra na altura da colheita do arroz levou ao recrutamento de grande número de jovens de fóra do distrito como membros da cooperativa. Sem prática e com uma

Muitos antigos trabalhadores migrantes não consideram a cooperativa como uma alternativa para o trabalho assala-

mobilização política inadequada, pareciam considerar-se a si mesmo trabalhadores assalariados.

riado mas apenas uma forma menos bem paga.

Acumulação Individual

LAZ II 97-3
CRED/AGRAR

Em algumas cooperativas há uma tendência para os cooperativistas agirem como pequenos capitalistas, acumulando em termos dos interesses por serem associados - considerando investir em maquinaria pesada e dedicando-se ao comércio. Tentam assim aproveitar-se, como grupo, das funções que deveriam servir a acumulação social da toda a aldeia.

O aparecimento de acumulação individual está relacionado com a pequena proporção da população das aldeias que pertence às cooperativas e à independência da cooperativa das estruturas política da Aldeia Comunal. O facto de aquisição de tractores ter servido como incentivo para a formação da aldeia aumenta este problema.

Conflitos laborais

TRANS 22

A produtividade do sector cooperativo é limitada por conflitos de horário com o sector familiar. O número de horas de trabalho realizado é baixo em muitas cooperativas, há uma falta de mão de obra extra em períodos chave do processo de produção, há pouca coordenação de tarefas entre os dois sectores e perde-se tempo em deslocações entre campos situados a grandes distâncias uns dos outros.

O tempo gasto em actividades educativas e políticas é muitas vezes tirado da produção agrícola.

A relação entre o trabalho cooperativo e o sector familiar está assente no custo de mão de obra. Em algumas cooperativas os membros pagam-se a si mesmos preços de tal modo elevados que os custos excedem o valor total da colheita; noutras os preços da mão de obra foram fixados a níveis tão baixos que os membros têm tendência para dedicarem mais tempo às suas machambas individuais.

Alheamento dos trabalhadores da tomada de decisões

COOP/LIM 6-7
CRED/AGRAR 42

Nas cooperativas do Limpopo há uma fraca participação por parte dos cooperativistas no processo da tomada de decisões. Os membros só são consultados depois das propostas terem sido feitas.

A falta de estruturas de planeamento integrado regional torna difícil a integração dos cooperativistas na planificação das decisões.

Administração / apoio estatal

COOP/LIM 3	Os membros duma cooperativa não têm geralmente as habilitações técnicas necessárias para uma planificação e contabilidade eficazes. Têm por isso de se apoiar pesadamente na ajuda estatal e na coordenação de recursos.	Fracassos de produção têm resultado da incapacidade do Estado em entregar semente às cooperativas e em fornecer tractores quando solicitado.

VII - MACHAMBAS ESTATAIS

As Machambas Estatais não dizem respeito a este documento mas o impacto da política das Machambas Estatais noutros sectores (especialmente no da produção familiar e no das aldeias) é bastante importante.
Consideramos aqui o efeito das Machambas Estatais apenas na medida em que se relacionam com outros sectores e formas de produção dentro da agricultura.

A distribuição relativa de recursos

Tem havido um movimento poderoso em direcção à produção em Machambas Estatais (tratado pela 3ª sessão do CC, etc.) mas os efeitos desse movimento não foram ainda revertidos e afectam outras formas de produção na agricultura.

TRANS/LAZ I e II

A maior parte dos recursos estatais (equipamento mecânico pesado incluindo tractores, pulverização aérea, aditivos químicos e adubos, pessoal técnico, serviços de apoio agrícola) têm sido apenas atribuídos à produção nas Machambas Estatais.

Em certas áreas onde há falta de terra, especialmente terra boa e terra irrigada (Vale do Limpopo) isto levou ao aparecimento de conflitos entre as necessidades das Machambas Estatais e os das Aldeias Comunais e a agricultura familiar dentro e fora das aldeias.

Se o apoio às Machambas Estatais tem sido desproporcionadamente grande, desviou esses recursos de outras formas de produção:
A distribuição e utilização da terra entre as diferentes formas de produção requer um estudo cuidadoso.

A Poli-cultura Estatal na medida em que afecta o abastecimento de alimentos

A poli-cultura desenvolvida pela agricultura colonial, foi em grande parte adoptada pelas Machambas Estatais que ocupam o sector colonial. A produção colonial dirigia-se a um mercado específico de consumo das cidades que requeria produtos alimentares de alta qualidade e preço elevado.
Isso teve dois efeitos: (1) nas Machambas Estatais isso significou que a quebra das facilidades de transporte e comercialização não assegura que esses produtos, muitas vezes rapidamente deterioráveis, cheguem às cidades a tempo, e isso tem um efeito adverso na viabilidade económica das Machambas Estatais.

CEA/MEC
CEA/MOAM

(sobre a diversidade de produtos cultivados ver Cooperativas e Agricultura Familiar)

O impacto de mecanização na absorção da mão de obra

A escolha das técnicas - extensão da mecanização e seu uso - tem sérios efeitos na capacidade das Machambas Estatais para criar trabalho no campo. A escolha de uma mecanização pesada tem resultado numa séria sub-utilização até mesmo da mão de obra que existe nas Machambas Estatais.

A utilização da mão de obra pelas Machambas Estatais deveria ser estudada, bem como a capacidade das Machambas Estatais de criar trabalho produtivo dentro das areas relevantes.

VIII - AGRICULTURA FAMILIAR

A produção dentro do sector familiar só pode ser compreendido dentro do contexto geral da natureza do campesinato. (ver secção sobre Assuntos Gerais)

CEA/CAMP — Certas caracteristicas do campesinato são fundamentais:

CEA/MIN — (1) O sector familiar não é apenas um sector de subsistência. O sector familiar produz alimentos para o seu consumo mas também para o mercado. Ao mesmo tempo, o sector familiar fornece mão de obra para outras formas de agricultura (Machambas Estatais) e para outros sectores da economia (mão de obra periódica e migratória).

CRED/AGRAR Capitulo 2 — (2) O sector familiar, durante o período de transformação, produz tanto numa base individual como numa base colectiva em graus variáveis (para as machambas do povo, em cooperativas)

É essencial estudar os conflitos incipientes ou reais entre a distribuição do tempo de trabalho às várias actividades do sector familiar.

CEA/CAMP — (3) O sector familiar tem sempre garantido essencialmente o abastecimento básico alimentar da população rural. (Ver anexo)

Isto significa que a assistência à agricultura familiar pode ter uma importância de longo alcance e isto de várias maneiras: 1. para garantir o abastecimento básico de alimentos ao campo; 2. para dar assistência no cultivo dos campos familiares com o fim de aumentar a sua produtividade de modo a que seja necessário menos tempo de trabalho para satistazer as necessidades alimentares e mais para a produção colectiva.

CRED/AGRAR — A machamba familiar é uma actividade que o camponês tem relutância em abandonar; dá-lhe segurança no abastecimento alimentar.

Há também conflitos entre o cultivo e outras actividades essenciais tais como a construção de casas, cozinha, assistência a reuniões, etc. A duração do dia de trabalho e a proporção dedicada à produção é crítica.

CRED/AGRAR — Para ajudar o sector familiar a avançar para formas colectivas, deve haver incentivos não apenas de ordem política mas também de ordem material para convencer as famílias camponesas a reduzir o seu trabalho nas machambas familiares.

Deviam ser estudados quais os incentivos a ser dados à agricultura familiar para produzir colectivamente assim como os fracassos e sucessos da organização cooperativa.
(Ver Cooperativas)

Várias considerações têm um caracter básico se se pretender alargar a produção familiar:

O tamanho do campo familiar

LAZ I 5,33

'Os coeficientes que permitem determinar a superficie necessária à auto-suficiência, variam consoante as regiões. Por outro lado estes coeficientes variam à medida que a produtividade por hectare seja melhorada (e por conseguinte libertará sobre-trabalho para a acumulação social) e variam também com a:

As variantes regionais e locais têm de ser cuidadosamente estudadas para garantir uma capacidade de produção adequada.

DINA/NAM 19

Distância da Aldeia Comunal às machambas individuais

Estas distâncias envolvem uma enorme perda de tempo e as pessoas têm muitas vezes que ficar fora durante a noite para produzir qualquer coisa.

NUT 39

O carácter das culturas de subsistência

(Ver Aldeias Comunais)

Algumas culturas de subsistência - frequentemente mandioca na sua maior parte e sobretudo em Nampula - significam uma dieta muito pobre o que leva por seu turno a uma baixa produtividade da mão de obra.

A produção de alimentos devia ser melhorada tanto em qualidade como em quantidade.

O papel da comercialização

Atribuição de Preços: comerciantes privados

LAZ II 114

A partida dos cantineiros não significou o desaparecimento do sector comercial privado fora das zonas libertadas. O sector privado continua a desempenhar um papel dominante e adquire uma parte importante dos excedentes dos camponeses. Os comerciantes privados pagam geralmente preços mais elevados do que a DINECA.

O sistema de atribuição de preços e os termos de troca com o campesinato são críticos e têm de ser estudados cuidadosamente.

A Comercialização Estatal

LAZ II 112-113

O número de lojas do povo é pequeno.
Os métodos de recolha da DINECA só permitem ao camponês vender os seus produtos uma ou duas vezes por ano.
O sistema de recolha não assegura bens de subsistência ade-

O sistema de comercialização nas zonas rurais deveria permitir a troca simultânea de produtos trazidos pelo campo-

	quados às necessidade dos camponeses: pano barato, petróleo sabão, sal, açúcar, instrumentos agrícolas.	nês por mercadorias de subsistência básica. Os bens de consumo oferecidos aos camponeses deveriam corresponder directamente às suas necessidades. Formas de troca deveriam funcionar permanentemente ao alcance dos camp.
	Cooperativas de Consumo	
NUT 19 DINA/NAM	Os aldeões não querem dispender 300$00 para se tornarem membros da cooperativa: elas têm os mesmos produtos que as lojas ordinárias (quando têm o que quer que seja) e as cooperativas de consumo não vendem a crédito.	O funcionamento das cooperativas de consumo rurais precisa de ser estudado como parte do carácter inadequado do processo de produção.
	Problemática da transformação do sector familiar	
II Cong. VIII CC	A Aldeia Comunal é vista como a 'espinha dorsal' do desenvolvimento no campo, e a produção agrária será a actividade produtiva principal. Esta produção 'terá de ser uma produção colectiva'.	A questão levantada é qual o(s) processo(s) de transformação a ser(em) seguido(s).
III Cong. IV Sessão do CC	Foi reconhecida a importância económica da produção familiar e a necessidade de a apoiar, 'ao mesmo tempo que se estimulam os produtores individuais a organizarem-se em moldes colectivos'.	
VIII	A agricultura da maioria dos camponeses é de machambas dispersas e itinerantes.	
	A VII Sessão do CC define a produção colectiva como base de produção indicando 1 hectare de sequeiro/ou 1/2 de regadio para produção familiar.	Isto requer provavelmente variações locais e regionais.
NAM/DINOPROC	Onde as Machambas Familiares ficam longe da localização da Aldeia, o problema actualmente verificado - da concorrência no uso do tempo de que o camponês dispõe entre a produção familiar e a produção colectiva - é agudizado.	A fixação da Aldeia requer uma relocalização das Machambas Familiares.
LAZ I	Sugere a reorganização da produção familiar de modo a ficar contígua à produção colectiva. Sugere que a produção familiar obtenha certos benefícios já aplicados na cooperativa: - apoio técnico (conselho/orientação)	Chama-se a este sistema 'machambas em blocos'. O processo de desenvolvimentp dos métodos de cooperativismo não esta apro-

- apoio em 'inputs' (sementes pesticidas)
- apoio mecânico

Prevê-se que os rendimentos da produção colectiva se destinem à acumulação na aldeia e uma certa distribuição. A produção da machamba familiar é para o sustento.

CRED/RURAL

Sugere-se uma estreita hierarquia a ser seguida no apoio dado ao processo de transformação: Prevê-se o apoio e reorganização do Sector Familiar usando métodos que estimulam a população a organizar-se em moldes colectivos. Além de mobilização política prevêem-se incentivos materiais, por exemplo previlégios de apoio, nos meios de produção possíveis, a adquirir, nas condições de concessões de crédito, na comercialização; plano de abastecimento.

O apoio a esta discriminante, sendo sempre previsto o melhor para a etapa de produção colectiva superior.

fundado.
É uma proposta apresentada, pode haver outras. É preciso que que se reconheça o problema da transição e se discutam possíveis vias de socialização.

É necessário discutir o processo de transformação das relações sociais:
(a) como desenvolver formas colectivas dentro da produção familiar sem quebrar a actual base de produção da agricultura.
(b) como provar a evidência dos benefícios económicos da colectivização aos camponeses.

IX - QUEST DE ORDEM GERAL: há um certo número de questões de ordem geral que dizem respeito a todas as formas de produção agrícola:

Diferenciação regional

CEA/CAMPON
CEA/MIN

A transformação agrícola tem de ser situada dentro do contexto da economia política do Moçambique rural. Por sua vez, isto constitui a base a parti da qual pode ser estudada a estrutura social do campesinato.

AC/SEM

Embora seja necessário um estudo da economia total, deve-se tomar cuidado em não generalizar a partir de um 'modelo' para todo o país; as diferenças regionais e até mesmo locais são críticas.

As necessidades específicas das áreas que exportam mão de obra

CEA/MIN
CEA/MOAM
CEA/CAMP

Tem-se feito um estudo profundo do campesinato das províncias do Sul (Gaza, Inhambane e Maputo) onde o trabalho assalariado estava profundamente enraizado no seio dos camponeses devido à procura de mão de obra por parte de Africa do Sul. O processo da semi-proleratização dos camponeses estava também em curso nas províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala.

A crise do colonial capitalismo depois da Independência teve um impacto na economia rural como resultado de:
(1) a quebra das redes de comercialização
(2) o repatriamento progressivo dos trabalhadores mineiros assalariados pela Africa do Sul e a terminação da exportação de mão de obra para a Rodésia.

Problemas que requerem um estudo mais aprofundado e cuja política tem de ser formulada

As diferenças regionais têm de ser consideradas na política de transformação rural; é também essencial que se faça um estudo cuidadoso e detalhado a nível local.

A crise do campesinato nas áreas que exportavam mão de obra requer atenção urgente. Deve ser dada prioridade a uma política de absorção de mão de obra.
Muitas jovens famílias sem acesso a um trabalho assalariado e incapazes por isso de estabelecer as bases da sua produção agrícola, necessitam de atenção especial.

Política de Produção Alimentar

A Agricultura Familiar como fonte de abastecimento alimentar básico

As orientações sobre a agricultura reconhecem a importâcia da agricultura familiar no período actual mas no entanto:

- sub-estimam a contribuição presente de excedentes comercializados por parte da produção familiar.

- incentivam a concentração de ajuda às cooperativas e Machambas Estatais em termos de dinheiro, créditos, 'inputs', prioridade de abastecimentos e política de preços, apesar das orientações no sentido de desenvolver a produtividade do sector familiar.

- incentivam o planeamento no sentido de eliminar a competição entre as cooperativas e as Machambas Estatais mas não reconhecem os conflictos entre o sector familiar e as Machambas Estatais e cooperativas.

Dado que o sector familiar continua a ser a principal base produtiva para as culturas alimentares essenciais, é importante que os conflitos entre o cultivo de produtos alimentares e o de culturas para mercado seja estudado e resolvido.
O camponês só responderá a formas de cooperação e a exortações para que produza excedentes para mercados quando tiver garantias sobre a segurança do seu abastecimento alimentar.

Escolha de culturas/poli-culturas

É necessário que se faça uma planificação cuidadosa do padrão das culturas por várias razões:

LAZ II 19-20

- há um cultivo inadequado de cereais e também de alimentos proteicos o que leva uma deficiência nutritiva.

Precisa de ser estudada a escolha das culturas em relação às necessidades nutricionais.

NUT 5-9

- A dieta dos camponeses é muito pobre em gorduras e proteinas animais e existe um estado geral de sub-nutrição. 70% das calorias são provenientes da mandioca. Cultiva-se milho e também arroz mas o último é geralmente uma cultura destinada ao mercado.

É importante estudar os padrões sasonais das diferentes colheitas para evitar conflitos sobre a distribuição do tempo de trabalho entre as colheitas alimentares essenciais e outras colheitas e actividades.
A diversidade dos produtos nas Machambas Estatais e cooperativas precisa de ser estudado cuidadosamente para garantir o abastecimento alimentar aos trabalhadores das cidades.

Mecanização: escolha de técnicas e absorção de mão de obra

CEA/MEC

A escolha das técnicas em agricultura não é uma questão técnica mas uma opção política, que afecta a estrutura social e a economia rural. Não há qualquer modelo ideal para uma escolha de técnicas; a escolha envolve a investigação concreta da estrutura da economia rural, especialmente no período da economia colonial capitalista.

É necessária uma estratégia de absorção de mão de obra para tornar possível um maior emprego da mão de obra dentro da economia rural. Em áreas onde tem sempre havido trabalho assalariado extensivo como parte do ciclo da família camponesa, há agora uma crise de desemprego nessas áreas rurais. A crise de desemprego combina-se com outras crises provocadas pela quebra da comercialização. O problema consiste em estabilizar e absorver o trabalhador-camponês na terra. Isto exige uma estratégia de absorção de mão de obra.
(ver secção sobre Machambas Estatais)

LAZ II 45

A escolha de maquinaria pesada para a agricultura tem implicações: (i) para a economia como um todo e (ii) dentro da agricultura. Deste modo (i) exerce um peso excessivo na balança de pagamentos e a escolha exclusiva de equipamento pesado que tem de ser importado limita o desenvolvimento da própria base industrial de Moçambique; (ii) dentro da agricultura a utilização de equipamento mecânico pesado não é aplicável ao sector familiar como um todo. Isto faz com que aquele sector seja colocado fóra do processo de desenvolvimento e aumenta o desfazamento entre ele e os outros sectores.

É por isso necessário fazer a pergunta: que espécie de mecanização?
A orientação da VIII sessão do CC foi que as máquinas deveriam ser usadas uma vez esgotadas as possibilidades de resolver o problema por meio da mão de obra. É preciso por-

tanto p guntar se o uso de tractores em cooperativas para a preparação da terra tem sido o tipo certo de auxílio mecânico. A mão de obra para a preparação sasonal da terra pode não ser o factor chave limitador na agricultura dos camponeses.

Há necessidade es estudar os factores limitadores na agricultura dos camponeses antes de se fazer o investimento na mecanização.

A Quebra da Comercialização

CRED/AGRAR

Esta foi provocada não só pelo êxodo dos comerciantes, mas pela quebra do sistema de comércio com as áreas rurais. Esta inclui não só o transporte para a comercialização das mercadorias mas também o abastecimento dos bens de consumo de primeira necessidade.

Para além de medidas que tendam a restaurar as facilidades de transporte, fornecer possibilidades de armazenamento to e outras facilidades físicas necessárias à comercialização, deve-se especial atenção às estruturas do sistema de atribuição de preços. Isto é, os custos da produção no campo e os termos de troca entre os produtores rurais e a indústria e fornecedores urbanos. Os termos de troca e o fornecimento de bens de primeira necessidade aos produtores rurais constitui o ponto fulcral do problema da comercialização e a chave dos incentivos ao camponês para que produza mais.

X - ALGUNS PROBLEMAS FINAIS

Um estudo do material disponível indica que a área que mais urgentemente necessita de atenção nas Aldeias Comunais é a reorganização da sua base produtiva.

Este Memorando sugere que há 5 aspectos do problema de produção que necessitam de atenção e discussão:

1. Como manter os elos indivisíveis entre a produção e a mobilização. Uma mobilização sem que se preste grande atenção aos resultados da produção não será duradoira. Só tornando a produção o centro dos objectivos da transformações que todas as outras questões na agricultura assumirão a sua importância relativa.

2. Como incorporar na planificação um estudo cuidadoso das condições de produção com variações regionais e locais. Isto leva a uma necessidade duma planificação e direcção locais mais específicas.

3. Como pôr em prática a insistência da FRELIMO para que o controle estatal da planificação deva ser combinado com a libertação da iniciativa criadora das massas e sua activa participação. Algumas planificações - tais como algumas Aldeias Comunais em grande escala- vão contra este processo e afasta a possibilidade de participação popular na planificação da produção.

4. Como transformar o sector familiar ao mesmo tempo que se reconhece que, nas condições actuais, a agricultura familiar deve ser a principal base de produção e garante o abastecimento alimentar. A transformação do sector familiar deve começar com o reconhecimento desta realidade.

5. Como assimilar as experiências e processos na formação das Aldeias Comunais e cooperativas aos planos para o desenvolvimento da produção colectiva e cooperativa.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE.

25.4.79